



APRESENTAÇÃO

Caro leitor,

A proteção ao trabalho, objeto principal dos estudos publicados nesta Revista, é de inegável importância para aquele que o presta com o objetivo de promover a sua subsistência e ter acesso aos diversos direitos elencados na Constituição da República, nos tratados internacionais e na legislação brasileira. Mas a sua importância não se restringe a uma única face, já que essa proteção é importante também para a sociedade e para a manutenção de uma economia saudável e sustentável.

A respectiva tutela tem o objetivo não só de promover o bem-estar do trabalhador, mas de aumentar a produtividade, a geração de bens e serviços, além da arrecadação do Estado, seja ela direta, como por meio do FGTS, imposto de renda e das contribuições sociais, ou indireta, reduzindo-se a quantidade de acidentes de trabalho, doenças relacionadas ao trabalho e a necessidade de concessão de benefícios previdenciários.

Nesse contexto, a Revista da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho tem por objetivo promover o debate acadêmico, além de fomentar os estudos e o diálogo com a sociedade. Entre os temas tratados encontram-se as novidades doutrinárias, jurisprudenciais e legislativas no âmbito do Direito do Trabalho, do Direito Previdenciário, do Direito Tributário e da Inspeção do Trabalho.

O conteúdo aqui tratado é eminentemente técnico. A tecnicidade de que se reveste essa publicação científica é transparecida desde a escolha e avaliação dos artigos publicados. Isso porque os trabalhos enviados por toda a comunidade acadêmica são submetidos ao sistema de dupla avaliação cega (*double blind review*), na qual os dois avaliadores não sabem a identidade do autor e analisam impessoalmente o mérito do trabalho. A adoção dessa sistemática contribui também para a garantia da distinta qualidade dos trabalhos publicados.

Essa terceira edição traz importantes estudos, com abordagem constitucional, defesa dos direitos fundamentais e sobre os reflexos previdenciários e tributários do trabalho. A publicação é dividida em duas seções, sendo a primeira para os artigos e a segunda para as boas práticas relacionadas à Inspeção do Trabalho.

A Revista tem início com um artigo dos autores Alexandre Antônio Bruno da Silva, Aline Maia dos Santos e Stéfani Clara da Silva Bezerra sobre o contrato de trabalho intermitente, trazido ao ordenamento jurídico brasileiro pela Lei nº. 13.467/17. O artigo busca analisar se essa modalidade de contrato traz benefícios ou se seria uma forma de precarizar a contratação de mão de obra. Além da análise jurídica, o artigo traz dados sobre a criação de vagas de trabalho nessa modalidade de contrato e sobre o rendimento médio do trabalhador brasileiro.

Os autores André Studart Leitão e Ticyanne Pereira da Silva, por sua vez, buscam realizar uma análise sobre a dispensa coletiva no cenário pós reforma trabalhista à luz da teoria do utilitarismo. O artigo examina as modificações trazidas pela reforma trabalhista sobre o tema e as analisa sob a ótica da teoria do utilitarismo de Jeremy Bentham e John Stuart Mill, focada no ser humano.

Os autores Aline Calandrini Pinheiro e Marcos Antônio Bortolin Júnior apresentam estudo com foco no programa de aprendizagem profissional como ação afirmativa para superar a inferiorização do adolescente e do jovem nas relações de trabalho, ao promover o acesso à educação e ao mercado de trabalho. Além da fundamentação jurídica sobre o tema, o artigo analisa dados oficiais que dão sustentação à pesquisa. O estudo examina, ademais, a eficácia e efetividade do programa de aprendizagem profissional como ação afirmativa.

No quarto artigo da Revista, as autoras Ana Caroline Vasconcelos Miranda e Joze Zucarato Peres examinam o exame toxicológico no curso da relação de emprego à luz do direito fundamental à intimidade. O estudo objetiva responder se os exames toxicológicos de rotina seriam indispensáveis ou não para a prevenção e o tratamento dos empregados usuários ou dependentes de drogas.

A autora Claiz Maria Pereira Gunça dos Santos busca, em seu artigo, examinar as características e os contornos conceituais da nova modalidade assediadora que emerge do contexto de hiperconexão e informatização da organização do labor: o assédio moral organizacional virtual. Para tanto, ela analisa o contexto contemporâneo em que as inovações tecnológicas e informacionais transformaram a sociedade e a organização do trabalho. A autora faz um contraponto entre o aumento da produção e a melhoria da qualidade dos produtos e serviços com a submissão dos trabalhadores a acelerados ritmos, a estresse, comprometimento das relações interpessoais e com a ausência de desconexão.

Dinavan Araujo e Dalilla Chrystiana Batista Costa Melo, por sua vez, tratam sobre o papel educacional do médico do trabalho na promoção da saúde da trabalhadora gestante. O objetivo do artigo é contribuir para a compreensão do papel educacional desse profissional e de sua implicação na promoção da saúde da trabalhadora gestante. Entre outros aspectos, o artigo defende que o empregador deve permitir que a empregada tenha participação ativa nesse processo e explana a importância dessa participação ativa.

Douglas Ferreira Santos trata sobre o trabalho escravo rural contemporâneo, com enfoque no Estado do Mato Grosso do Sul. A partir da análise de situações encontradas em todo o Brasil e da experiência prática em Mato Grosso do Sul, o autor busca traçar um cenário que traduz a realidade no meio rural do país.

O autor Eduardo Baptista Vieira propõe apresentar, no contexto social atual, qual seria a perspectiva do Direito do Trabalho no Brasil baseada em uma análise histórica trabalhista. Por meio de pesquisa bibliográfica, o trabalho busca analisar cronologicamente o trabalho

desde o seu surgimento até a institucionalização do Direito Laboral no Brasil e no mundo. Além disso, analisa as recentes modificações trazidas pelas Leis nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) e nº 13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica) e a tendência de reaproximação entre Direito do Trabalho brasileiro e o Direito Civil.

Enádio da Silva Barbosa apresenta estudo sobre o uso de técnicas de inteligência artificial no planejamento individual da fiscalização trabalhista, objetivando potencializar os resultados da Inspeção do Trabalho. O autor busca demonstrar que a Inspeção do Trabalho no Brasil pode beneficiar-se da utilização dessa tecnologia, uma vez que experimenta um panorama de grande influxo de informações e conta com um corpo de Auditores em constante redução ao longo do tempo.

Keila Gontijo Rabelo apresenta trabalho no qual procura investigar a responsabilidade civil do empregador em caso de acidente de trabalho na realidade brasileira e as alterações introduzidas pela Reforma Trabalhista relacionadas à tarifação da reparação dos danos extrapatrimoniais. A partir da análise dos conceitos da responsabilidade civil e do acidente de trabalho, com a utilização do método dedutivo baseado em levantamento bibliográfico e pesquisa na legislação, a autora procura analisar como a alteração do art. 223 da CLT, introduzida pela Lei 13.467/2017, impacta na reparação do trabalhador e se essa estaria de acordo com princípios constitucionais.

Leandro Fernandez traz à Revista reflexões sobre a possibilidade ou não de redução do prazo da prescrição trabalhista previsto na Constituição. Para tanto, o autor realiza uma análise do histórico, dos conceitos do instituto e das contribuições provenientes do Direito Comparado. No que se refere ao Direito comparado, o autor examina três grupos de países: a) integrantes do Mercosul; b) nações da América Latina com mais elevados Produtos Internos Brutos, excetuado o próprio Brasil; c) países europeus.

O autor Leandro Spier propõe a utilização da lei de Benford para identificar inserção de dados fictícios em requerimentos de seguro-desemprego. A lei de Benford é uma constatação empírica de que os primeiros dígitos significativos de alguns conjuntos de números seguem uma distribuição não equitativa e sim uma curva descendente na qual 30,1% dos números começam por 1 e somente 4,58% começam com o dígito 9. A partir do número de endereço residencial do requerente de seguro-desemprego, o trabalho do autor descreve uma metodologia de tratamento dos dados, da separação de subconjuntos e identificação de situações inventadas. O autor enriquece o seu estudo com gráficos e tabelas.

Maurício Krepsky Fagundes analisa o aumento do fluxo migratório da Venezuela para o Brasil e a sua relação com a exploração do trabalho análogo ao de escravo no Estado de Roraima. O autor estuda, ainda, nesse contexto, como tem atuado de forma diferenciada a Inspeção do Trabalho no Brasil, que conta com vários anos de experiência no combate ao trabalho escravo.

Ainda sobre a temática do combate ao trabalho escravo e análogo ao de escravo, Pollyanna Reis da Cruz, apresenta na Revista um estudo sobre aspectos controvertidos da expropriação da propriedade rural em decorrência da exploração desse tipo de trabalho. Além de uma análise histórica a autora examina a função social da propriedade, sobretudo, em seu aspecto relacionado ao trabalho.

Pedro Henrique Maglioni da Cruz e Sarah de Araújo Carvalho, por sua vez, encerrando a seção de artigos da Revista da ENIT, apresentam uma análise longitudinal dos acidentes de trabalho no Estado de Santa Catarina entre os anos de 2012 e 2017 por meio de método de séries temporais. O objetivo do artigo é subsidiar o planejamento de políticas públicas de prevenção, especialmente as relacionadas à Inspeção do Trabalho. Os autores realizaram uma análise da série temporal dos acidentes de trabalho registrados pela Previdência Social nos anos de 2012 a 2017 no Estado, utilizando-se do filtro de Hodrick-Prescott. O estudo apresenta elementos gráficos para facilitar a demonstração dos dados obtidos.

O autor Cyrio Pastor de Oliveira Junior, abre a seção de boas práticas da Revista da ENIT com uma demonstração sobre planejamento e execução de auditoria em saúde ocupacional no setor de coleta de resíduos não perigosos. O autor busca evidenciar que a adoção de estratégias para identificar e analisar casos de ampla subnotificação de doenças mostrou-se de grande utilidade para expor uma realidade oculta geradora de doenças incapacitantes e que permanecia sem intervenção da empresa e do Estado.

A seção de boas práticas tem continuação com a autora Denise Bauto Domingues Teixeira, que apresenta a utilização de notificação coletiva em saúde e segurança no trabalho como instrumento da Inspeção do Trabalho. A autora realiza, para tanto, uma análise da experiência prática em inspeções de indústrias vitivinícolas no Rio Grande do Sul.

Finalizando a seção de boas práticas e também a presente edição da Revista da ENIT, Thiago Augusto Gomes apresenta a operação “Parada Obrigatória”. O trabalho demonstra como foi utilizado o cruzamento de dados para a realização de fiscalização indireta de registro em centros de formação de condutores.

É possível verificar, portanto, que os variados temas tratados na Revista da ENIT são de grande relevância para a sociedade brasileira e para a comunidade acadêmica. Espero que essa produção seja de grande utilidade ao aperfeiçoamento da Inspeção do Trabalho brasileira, para a proteção ao trabalho digno e para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Desejo ao caro leitor uma excelente leitura e que a Revista seja um vetor de grande aprendizado e disseminação do conhecimento aqui produzido.

Felipe Macêdo Pires Sampaio
Editor-Chefe da Revista da ENIT
